



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Assembleia Geral de 24 de Março de 2019

1. NOTA INTRODUTÓRIA

De acordo com a alínea b) do Artigo 29 dos Estatutos a Direcção submete à apreciação da Assembleia Geral e respectiva aprovação o Relatório Anual de Actividades e Contas 2018.

Lista dos Órgãos Sociais em vigor para o mandato 2018/2022

Mesa da Assembleia-geral

Presidente: José Correia, sócio nº.075,

Primeira Secretária: Maria Berta Gonçalves, sócia nº 327,

Segundo Secretário: Octávio Santos Pereira Perluxo, sócio nº. 058,

Direcção

Presidente: Maria da Guia Pereira de Matos, sócia nº. 221,

Vice Presidente: Manuel Inácio Pereira, sócio nº. 269,

Secretária: Susana Maria da Rocha Santos, sócia nº. 292,

Tesoureira: Maria Filomena Santos, sócia nº. 136,

Vogal: Maria de Lourdes Pereira Calçada, sócia, nº. 26,

Primeiro Suplente: João Veiga, sócio nº. 369,

Segundo Suplente: Jaime Vicente, sócio nº. 016,

Terceiro Suplente: Maria Clara Patrício, sócia nº. 359,

Quarto Suplente: Goretti Rasteiro, sócia nº. 368,

Quinto Suplente: Fernando Marques do Nascimento, sócio nº. 252,

Conselho Fiscal

Presidente: Romão Lino Correia, sócio nº. 027,

Vice – Presidente: José Luís Alves, sócio nº. 042,

Vogal: Jorge Manuel Rodrigues, sócio nº. 133,

Primeiro Suplente: Gilberto Anunciação, sócio nº. 360,

Segundo Suplente: Acácio dos Santos Vicente, sócio nº. 007,

Terceiro Suplente: Rui Fernando Matos Pereira, sócio nº. 283,

Comissão de Apoio a esta Direcção

1. Maria das Dores Matos Pereira, sócia nº. 289,
2. Maria do Rosário Leitão, sócia nº. 191,
3. Maria José Anunciação Calçada, sócia n.º 081,
4. Alzira Santos Costa C. Rasteiro, sócia nº. 343,
5. António José José Pereira, sócio nº. 018,
6. Carlos José da Rocha Santos, sócio nº. 192,
7. Joaquim Santos Pereira, sócio nº. 014,
8. José Inácio Delgado, sócio nº. 334,

2. ACTIVIDADES

2.1 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS em 2018

Durante o ano de 2018, a Associação ZS – Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social desenvolveu um conjunto de inúmeras actividades, quer na área social, no recreio, no desporto e na cultura.

A Associação alterou os Estatutos em 2018, de modo a actualizar a instituição como IPSS, pelo que deu origem à sua Inscrição na Segurança Social.

2018, foi o ano de arranque da obra tão esperada do **Centro de Dia e Atl para Crianças**, que foi adjudicada a construção à empresa Paviconstrução, com sede no Casal da Murta, Lourinhã, que contempla nesta fase a construção da estrutura em betão do edifício, a colocação dos tijolos associados às divisões interiores, assim como as paredes exteriores.

Neste contexto pretendemos realçar a importância do apoio prestado pela comunidade do Canadá, com a concretização anual de um jantar com o objectivo de recolher fundos para esta obra, jantar esse que tem vindo a ser realizado desde há 7 anos a esta parte, que muito esta Associação agradece assim como ambas as aldeias.

São vários os pedidos para a angariação de fundos desta obra, que também ocorreram na Zambujeira e Serra.

Muitas são as iniciativas da Associação nas várias áreas, assim como o envolvimento dos associados e membros directivos da Associação na dinamização desta Associação. De salientar que durante o ano 2018 mantiveram-se as actividades diárias e semanais relacionadas com a confecção das sopas, dos petiscos, dos pães caseiros a forno de lenha, dos bolos de festa, dos coscorões, folares, broas, entre outros.

De salientar também que durante o ano 2018, as equipas de Futsal, Atletismo e BTT participaram em inúmeros torneios da modalidade, possuindo cada uma delas um calendário próprio que nem sempre aqui é mencionado por ser demasiado extenso.

Desta forma, mencionamos as actividades da ZS, no decorrer do ano de 2018.

Janeiro

07 de Janeiro – A Equipa de Atletismo da ZS - Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, participou na IV Corrida dos Reis em Fátima.

14 de Janeiro – A ZS - Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo participou com a sua equipa de Atletismo no 3.º Grande Prémio de Atletismo do Planalto das Cesaredas, foi o início da 26.ª edição do Troféu Municipal de Atletismo da Lourinhã. Esta participação valeu-nos um terceiro lugar de entre 6 equipas participantes.

20 de Janeiro – A ZS participou em mais um jantar de encerramento da Sociedade do

Euromilhões no Restaurante “O Teimoso”. Mais uma aderência a um forte convívio entre associados e amigos.

21 de Janeiro - A equipa de BTT da ZS - Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo participou no Planalto das Cesaredas no 3º Grande Prémio de BTT, prova que deu o arranque ao 19º Troféu Municipal de BTT do Município da Lourinhã e que contou com a organização da Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas. Durante a prova deste Grande Prémio de BTT participaram largas dezenas de atletas usufruído da natureza e do percurso moderado e acessível mas a exigir uma boa preparação física para a sua realização.

28 de Janeiro – Início da Equipa ZS de Veteranos no 6.º Campeonato Municipal de Matraquilhos na Associação Cultural e Recreativa de Reguengo Pequeno.

Fevereiro

11 de Fevereiro – Fantástica tarde carnavalesca com muita animação.

25 de Fevereiro – Realizou-se nesta data a Festa de Aniversário dos **35 Anos** da Associação Grupo Desportivo, Cultural e Recreativa de Zambujeira e Serra do Calvo.

Março

08 de Março – Realizou-se nesta data mais um evento na nossa Associação, desta vez associado ao Dia da Mulher.

11 de Março – Organização do 18º Grande prémio de Btt no Complexo Desportivo de Zambujeira e Serra do Calvo, prova inserida no Troféu Municipal da modalidade.

17 de Março - Festa para Angariação de fundos realizada em Toronto, Canadá, para o Centro de Dia e ATL para Crianças em Serra do Calvo (Lourinhã).

24 de Março – Organização de um Jantar convívio associado ao tema “Dia do Homem”, evento único na região e que tem tido forte adesão dos elementos masculinos.

25 de Março – A ZS organizou o 23ª Grande Prémio de Atletismo, no Complexo Desportivo Zambujeira e Serra, prova de Atletismo inserida no Troféu Municipal da Lourinhã.

25 de Março – Assembleia Geral

31 de Março – A ZS apresentou as suas equipas femininas e masculinos de formação. Convidadas as equipas femininas dos Arneiros e a Casa do SLB de T.Vedras.

Abril

08 de Abril – Apresentação da Revista à Portuguesa “Olhá Florbela”.

14 de Abril – O primeiro jogo de Futsal da ZS no Pavilhão Luís Baptista em Arneiros, Ventosa, Torres Vedras.

27 de Abril a 1 de Maio – Participação da ZS na Expo Lourinhã 2018.

29 de Abril – O Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo foi entrevistado no Estúdio móvel da RCL na Expo Lourinhã tendo actuado depois.

29 de Abril – Jogo de Formação da ZS Fem./Masc.

Maio

06 de Maio – Evento “No Pão com Sardinhas e Febras” para angariação de fundos para o centro de Dia e ATL para Crianças em Serra do Calvo.

20 de Maio – Excursão com visita a Sesimbra, Serra da Arrábida, Troia, Setúbal e Alcácer do Sal.

20 de Maio – Jogo da ZS de Futsal no Pavilhão do Barro em Torres Vedras. Intervenientes: ZS e as equipas da Casa do Benfica de Infantis e Iniciados.

Junho

09 de Junho – Grande Festa das Marchas Populares 2018 em Zambujeira, com a participação das seguintes Marchas Convidadas

Marcha Popular da Abelheira
Marcha Popular de Miragaia e Marteleira

Actuações:

09 de Junho - Zambujeira

12 de Junho – Arruda dos Vinhos

15 de Junho - Lourinhã

16 de Junho - Abelheira

17 de Junho - Lourinhã

24 de Junho - Lourinhã

30 de Junho – Casalinho das Oliveiras

06 de Agosto - Ferrel

11 de Agosto – Praia da Areia Branca

18 de Agosto - Zambujeira

10 de Junho – Teve lugar no Estádio Municipal a Festa de Encerramento / Entrega de

Prémios Finais do:

- 26º Troféu Municipal de Atletismo. A equipa da ZS obteve um conjunto de classificações dignas de registo.
- A Equipa Matraquilhos da ZS obteve um excelente resultado.

17 de Junho – Assembleia Geral Electiva.

23 de Junho - Encerramento da Época 2017/2018 com o Jogo de Futsal no Pavilhão da Casa do Povo em Lourinhã.

Julho

01 de Julho – Assembleia Geral Eleitoral

Agosto

17 a 21 de Agosto – Organização da festa em honra de N.S. das Dores, com a exploração de Restaurante no salão da Associação, assim como outros serviços no recinto de festa.

24 de Agosto – O Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo actuou na Praia da Areia Branca.

25 de Agosto – Jantar Convívio para todos os voluntários da Festa em honra de N.S. das Dores.

Setembro

01 de Setembro – Concentração de Motos do Motoclube Cavaleiros do Oceano.

01 de Setembro – Apresentação da Peça de Teatro “Saídos da Casca”

07 de Setembro – A ZS Atletismo participou na Prova Meia Maratona do Montejunto tendo o nosso atleta o Francisco Inácio alcançado o 1º lugar.

08 de Setembro – A ZS Atletismo participou na Prova Semi-fundo do Trilho da Aguardente DOC Lourinhã tendo a equipa alcançado um segundo lugar e o nosso atleta Francisco Inácio um primeiro lugar.

29 de Setembro – A ZS Atletismo participou na 8ª Corrida da Amieirinha (Marinha Grande) 10 kms, alcançando a equipa um terceiro lugar.

Outubro

15 de Outubro – A ZS - Grupo Desportivo Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo participou com a equipa de Atletismo no 1º Trail Fonte Grada.

15 de Outubro – Apresentação das Contas da Festa Anual

21 de Outubro – Excursão Amigas do Peito com visita ao Museu Nacional de Arqueologia, Centro Cultural de Belém, Jardins, entre outros acabando na Aula Magna para um Concerto Solidário.

26, 27 e 28 de Outubro – Participação na 5ª Edição do Festival da Abóbora da Freguesia de Lourinhã e Atalaia, no Pavilhão Multiusos da Atalaia.

27 de Outubro – Actuação do Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo na 5ª Edição do Festival da Abóbora da Freguesia de Lourinhã e Atalaia, no Pavilhão Multiusos da Atalaia.

Novembro

10 de Novembro – Campeonato Distrital AFL Iniciadas Femininas no Pavilhão Casa do Povo em Lourinhã com as equipas ZS vs Alenquer Real Club.

11 de Novembro – Angariação de Fundos para o Futsal com o evento Magusto de São Martinho.

18 de Novembro – Actuação do Grupo de Teatro T'AMAL com a peça "MARIA do Ó". Também actuação do Grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo.

17 de Novembro – Jantar Convívio inserido na Campanha para Angariação de Fundos "Construir um Centro de Dia, por amor ao próximo".

25 de Novembro – Actuação do grupo de Cantares de Zambujeira e Serra do Calvo no Ultra Carrossel do Planalto das Cesaredas.

Dezembro

02 de Dezembro – Primeiro Festival da Batata Doce de Zambujeira e Serra do Calvo.

09 de Dezembro – Peditório a ambas as populações para angariação de fundos para o Centro de Dia e ATL de Crianças em Serra do Calvo.

09 de Dezembro – Assembleia Geral.

8 de Dezembro – Festa em Honra de Nossa Senhora da Conceição em Serra do Calvo associada à campanha de angariação de fundos para o centro de dia e ATL para crianças em Zambujeira e Serra do Calvo.

31 de Dezembro – Organização da Passagem de Ano no salão de Festas da colectividade, contou com a presença de aproximadamente duas centenas de pessoas, animada com grupo musical.



3. PROPOSTAS

Assim, vem a Direcção da ZS - Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, propor à Assembleia Geral o seguinte:

1. Aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2018.
2. Que seja aprovado um voto de agradecimento a todos quanto colaboraram nas Actividades Desportivas, Culturais, Recreativas e Sociais.
3. Que seja aprovado um voto de agradecimento a todos quanto colaboraram nas diversas actividades da cozinha.
4. Que seja aprovado um voto de agradecimento às funcionárias, assim como fornecedores e clientes.

A Presidente da Direcção



RELATÓRIO E CONTAS 2018



1. Introdução

A Prestação de Contas 2018 foi elaborado segundo o Sistema de Normalização Contabilística, tendo por base as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) para Associações sem fins lucrativos. Assim, a linguagem contabilística utilizada neste documento encontra-se em consonância com essa estrutura conceptual.

2. Balanço em 31 de Dezembro de 2018

3. Demonstração de Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2018

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2018.

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		144.252,55	11.646,07
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		572,15	386,63
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		144.824,70	12.032,70
Ativo corrente			
Inventários		2.705,61	2.220,02
Créditos a receber		330,60	203,00
Estado e outros entes públicos		249,56	257,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		1.679,47	1.886,61
Outros ativos correntes		964,46	1.667,27
Caixa e depósitos bancários		154.352,63	210.844,48
		160.282,33	217.078,59
Total do ativo		305.107,03	229.111,29
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		5.378,91	5.378,91
Resultados transitados		148.277,00	133.822,45
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		62.109,51	62.109,51
		215.765,42	201.310,87
Resultado líquido do período		63.163,93	19.079,25
Total dos fundos patrimoniais		278.929,35	220.390,12
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		13.932,90	6.762,43
Estado e outros entes públicos		12.165,87	6.071,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		78,91	511,88
		26.177,68	13.345,87
Total do passivo		26.177,68	13.345,87
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		305.107,03	233.735,99

A Direcção

GRUPO DESPORTIVO,
CULTURAL E RECREATIVO
ZAMBUJEIRA - SERRA CALVO

Nif. 501 424 300

Rua da Liberdade, N.º 13 - A

ZAMBUJEIRA - 2590-323 Lourinhã



O responsável

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		168.428,99	147.953,26
Subsídios, doações e legados à exploração		77.963,08	13.847,75
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		79.736,78	72.261,20
Fornecimentos e serviços externos		52.894,00	37.641,49
Gastos com o pessoal		29.596,35	24.846,61
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		675,00	1.406,13
Outros gastos		5.819,16	5.287,69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		79.020,78	23.170,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		10.480,48	4.125,94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		68.540,30	19.044,21
Juros e rendimentos similares obtidos		23,32	35,07
Juros e gastos similares suportados		0,66	0,03
Resultados antes de impostos		68.562,96	19.079,25
Imposto Estimado		5.399,03	4.624,70
Resultado líquido do período		63.163,93	14.454,55



GRUPO DESPORTIVO,
 CULTURAL E RECREATIVO
 ZAMBUJEIRA - SERRA CALVO
 Nif. 501 424 300
 Rua da Liberdade, N.º 13 - A
 ZAMBUJEIRA - 2530-323 Lourinhã

ZS - Grupo Desp., Cult., Rec. Soc. Zambujeira S. Calvo
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		286.845,17	0,00
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		252.350,65	0,00
Pagamentos ao pessoal		15.258,34	0,00
Caixa gerada pelas operações		19.236,18	0,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-4.615,93	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-59.163,14	210.844,48
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-44.542,89	210.844,48
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-44.542,89	210.844,48
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	-50,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		210.844,48	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		154.352,63	210.844,48

A Direcção

O Responsável



GRUPO DESPORTIVO,
 CULTURAL E RECREATIVO
 ZAMBUJEIRA - SERRA CALVO
 NIF. 501 424 300
 Rua da Liberdade, N.º 13 - A
 ZAMBUJEIRA - 2530-323 Lourinhã



5. Conclusão

As Contas que se apresentam, reflectem a evolução da ZS - Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo ao longo do ano 2018.

Para o Resultado Líquido positivo do Exercício 2018 de 63.163,93 €, propõe-se que o mesmos seja levados à Conta de Resultados Transitados.

Lourinhã, 24 de Março de 2019

A Direcção





**GRUPO DESPORTIVO,
CULTURAL E RECREATIVO
ZAMBUJEIRA - SERRA CALVO**
N.º 501 424 300
Rua da Liberdade, N.º 13 - A
ZAMBUJEIRA - 2630-323 Lourinhã



Relatório e Parecer Fiscal

Assembleia Geral de 24 de Março de 2019



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Nos termos da Lei e dos Estatutos da ZS – Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, vem o Conselho Fiscal apresentar o relatório da sua acção fiscalizadora exercida relativa ao ano de 2018.

Desde a sua tomada de posse, que o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da Associação, verificou a regularidade da sua documentação e inteirou-se dos actos da Direcção, de quem recebeu sempre os esclarecimentos solicitados.

Apreciou o Relatório de Actividade da Associação relativo ao exercício 2018, que propõe a aplicação dos respectivos Resultados. Apreciou igualmente as demonstrações financeiras que inclui o Balanço e as Demonstrações dos Resultados por Natureza e por funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos.

A sua conclusão é de que os documentos citados apresentam uma exposição adequada da actividade desenvolvida e da situação patrimonial da associação.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer:

- Que sejam aprovados os documentos e prestações de contas do exercício 2018.
- Que seja aprovada a transferência para Resultados Transitados do Resultado Líquido do exercício de 2018, designadamente 63.163,93 € positivos.
- Que seja expresso à Direcção um agradecimento pela colaboração prestada ao Conselho Fiscal.

Zambujeira, 24 de Março de 2019

O Conselho Fiscal

Nomeado pelo Conselho Fiscal
João Luís Calçada Alves
Presidente

Apreciação do Conselho Fiscal
Fernando do Matos Pereira

ZS - Grupo Desp., Cult., Rec. Soc.

Zambujeira S. Calvo

Anexo

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	18
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	18
6	Ativos Intangíveis	21
7	Locações.....	22
8	Custos de Empréstimos Obtidos	23
9	Inventários	23
10	Rédito	24
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	24
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	24
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	25
14	Imposto sobre o Rendimento	25
15	Benefícios dos empregados	25
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	26
17	Outras Informações.....	26
17.1	Investimentos Financeiros	26
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	26
17.3	Clientes e Utentes	27
17.4	Outras contas a receber	27
17.5	Diferimentos	28
17.6	Outros Ativos Financeiros	28
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	28
17.8	Fundos Patrimoniais.....	28
17.9	Fornecedores	29
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	29
17.11	Outras Contas a Pagar.....	29
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	29
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	30
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	30

17.15 Outros rendimentos.....	30
17.16 Outros gastos	30
17.17 Resultados Financeiros.....	31
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	31

1 Identificação da Entidade

A “ZS - Grupo Desportivo, Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo” é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Rua da Liberdade, nº 13 A – Zambujeira – Lourinhã, que tem como finalidade promover e desenvolver actividades de carácter desportivo, cultural, recreativo e social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se

continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10%
Equipamento básico	20%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	20%
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração

dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre

que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram

com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	Saldo inicial	2017				Saldo final
		Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00

Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2017			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
Custo				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	50.267,12					50.267,12
Equipamento básico	37.556,87					37.556,87
Equipamento de transporte	20.967,54					20.967,54
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	5.789,99					5.789,99
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	114.581,52	0,00	0,00	0,00	0,00	114.581,52
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras	34.495,13	4125,94				38.621,07

construções						
Equipamento básico	37.556,85					37.556,85
Equipamento de transporte	20.967,54					20.967,54
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	5.789,99					5.789,99
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	98.809,51	4.125,94	0,00	0,00	0,00	102.935,45

Descrição	Saldo inicial	2018				Saldo final
		Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	50.267,12	143.086,96				193.354,08
Equipamento básico	37.556,87					37.556,87
Equipamento de transporte	20.967,54					20.967,54
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	5.789,99					5.789,99
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	114.581,52	143.086,96	0,00	0,00	0,00	257.668,48
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	38.621,07	10.480,48				49.101,55
Equipamento básico	37.556,85					37.556,85
Equipamento de transporte	20.967,54					20.967,54
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	5.789,99					5.789,99
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	102.935,45	10.480,48	0,00	0,00	0,00	113.415,93

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2017 e 2018, foram os seguintes:

Descrição	Saldo inicial	2017				Saldo Final
		Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	2018				Saldo Final
		Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	2017				Saldo final
		Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	2017		Saldo final
		Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	2018		Saldo final
		Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						

Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-------	------	------	------	------	------	------

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	19.103,55	0,00	0,00	20.725,20	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.987,35	53.493,67	103,35	2.220,02	59.497,17	0,00	2.705,61
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1.987,35	72.597,22	103,35	2.220,02	80.222,37	0,00	2.705,61
Custo das mercadorias vendidas e das matérias				72.261,20			79.736,78

consumidas							
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	21.764,00	20.066,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	0,00	0,00
Quotas e joias	3.970,50	2.213,00
Promoções para captação de recursos	38.262,00	28.057,71
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	2.467,34	2.299,42
Juros	23,32	35,07
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	66.487,16	52.671,20

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, não ocorreram variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivos contingentes

Não ocorreram movimentos nesta rubrica.

Ativos contingentes

Não ocorreram movimentos nesta rubrica.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
	16.274,88	5.174,66
Apoios do Governo		
Total	16.274,88	5.174,66

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2018				2017			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 5.399,03€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2018	2017
IRC Liquidado	5.309,03	4.624,70
Tributação Autónoma		
Total	5.309,03	4.624,70

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de "2" e em 31/12/2017 foi de "2".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	23.659,12	19.977,84
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	4.805,93	4.058,38
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.131,30	810,39
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
Total	29.596,35	24.846,61

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	572,15	386,63
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	572,15	386,63

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00

Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2018 e 2017, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	330,60	203,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	330,60	203,00

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2018	2017
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	9,70	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	150,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	889,76	1.262,22
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	899,46	1.412,22

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
	1.679,47	1.886,61
Total	1.679,47	1.886,61
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2018	2017
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	1.720,33	3.285,43
Depósitos à ordem	129.632,30	131.679,59
Depósitos a prazo	23.000,00	75.879,46
Outros		
Total	154.352,63	210.844,48

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	5.378,91	0,00	0,00	5.378,91
Resultados transitados	133.822,45	14.454,55	0,00	148.277,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras variações nos fundos patrimoniais	62.109,51	0,00	0,00	62.109,51
Total	201.310,87	14.454,55	0,00	215.765,42

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	13.932,90	6.762,43
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	13.932,90	6.762,43

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	5,83	13,48
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5,83	13,48
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	5.399,03	4.624,70
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.920,47	619,72
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	9,24
Segurança Social	562,75	817,90
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	11.882,25	6.071,56

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

Descrição	2018	2017
-----------	------	------

	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	16.274,88	5.174,66
Subsídios de outras entidades	61.688,20	8.673,09
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	77.963,08	13.847,75

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	1.250,00
Serviços especializados	19.329,35	9.359,16
Materiais	8.206,11	6.791,13
Energia e fluidos	13.181,17	11.003,44
Deslocações, estadas e transportes	1.154,99	1.610,54
Serviços diversos	11.022,38	7.627,22
Total	52.894,00	37.641,49

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	34,90	151,54
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	640,10	1.254,59
Total	675,00	1.406,13

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
-----------	------	------

Impostos	4.142,63	2.757,10
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	1.676,53	2.530,59
Total	5.819,16	5.287,69

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,66	0,03
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,66	0,03
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	23,32	35,07
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	23,32	35,07
Resultados Financeiros	22,66	35,04

17.18 Acontecimentos após data de Balanço


Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas em Assembleia Geral em 24 de Março de 2019

Zamujeira, 24 de Março de 2019

Contabilista Certificado



ZS - Grupo Desp., Cult., Rec. Soc. Zamujeira S. Calvo
Rua da Liberdade, nº 13 A
NIF:501424300

A Direcção

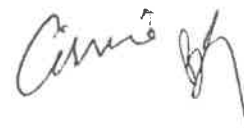


GRUPO DESPORTIVO
CULTURAL E RECREATIVO
ZAMUJEIRA - SERRA CALVO
N.º 501 424 300
Rua da Liberdade, N.º 13 - A
ZAMUJEIRA - 2530-323 Lourinhã



ATAS

Folha 38



Acta número Trinta e Dois

Ao vigésimo quarto dia do mês de Março, do ano de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e trinta minutos, realizou-se na sede social do ZS - Grupo Desportivo Cultural, Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, número de identificação fiscal 501.424.300, na Rua da Liberdade nº 13-A, lugar de Zambujeira, freguesia de União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia e concelho de Lourinhã, a reunião da Assembleia convocada pelo seu Presidente da Mesa, de acordo com o disposto nos Estatutos desta Associação, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Apresentação e Aprovação do Relatório de Actividades, Prestação de Contas e Relatório do Parecer Fiscal de 2018.-----

----- 2 - Outros assuntos. -----

-----O Presidente da Mesa, Senhor José Correia deu por aberta a Sessão, referindo que esta reunião iniciou-se às dezoito horas e trinta minutos, após os 30 minutos de tolerância de acordo com os Estatutos, estiveram presentes dezoito Associados. De seguida, o mesmo procedeu à leitura da convocatória e respectiva Ordem de Trabalhos. -----

-----Passou-se à leitura da acta número trinta e um da Assembleia anterior, posta a votação e foi aprovada por unanimidade. -----

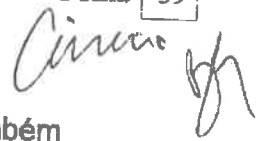
-----Em seguida iniciou-se o primeiro ponto da ordem de trabalhos: Apresentação e Aprovação do Relatório de Actividades, Prestação de Contas e Relatório do Parecer Fiscal de 2018. O Presidente da Assembleia, Senhor José Correia deu a palavra à Presidente da Direcção, D. Maria Matos, para que apresentasse o Relatório de Actividades de 2018. Depois de apresentado e esclarecidos os diversos pontos, foi colocado para votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----A Presidente da Direcção apresentou depois o Relatório e Contas do ano 2018, relatório esse que continha vários mapas, nomeadamente: o Balanço em 31 de Dezembro de 2018; a Demonstração de Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2018, a Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de



ATAS

Folha 39



Dezembro de 2018, assim como o Anexo ao Relatório. Foram também apresentados os Resultados da Associação por centro de custo, assim como alguns artigos relacionados com a cozinha, de forma detalhada. O Presidente do Concelho Fiscal, Senhor Romão Lino, leu de seguida o Relatório do Parecer Fiscal de 2018. Este ponto foi colocado para votação tendo sido aprovado por também unanimidade. -----

----- No último ponto "Outros Assuntos" da Convocatória foi levantada a questão dos sócios pagantes e não pagantes, tendo em conta que a Associação, enquanto IPSS, não poderá ter sócios não pagantes. Ficou decidido que a Direcção em posterior reunião irá elaborar uma proposta para ser apresentada numa futura Assembleia Geral, sendo também proposto que os associados sejam convocados para a Assembleia por Carta, de modo a dar a conhecer a importância do assunto.-----

-----A Presidente da Direcção, Maria Matos colocou à Mesa da Assembleia a questão da parte da contabilidade da ZS, contabilidade essa que está a ser executada pela Empresa Maria Matos Lda desde há 22 anos, anos antes de a Maria Matos se ter tornado Presidente da Direcção da Associação. A Presidente informou os presentes que julga haver conflitos de interesses que importam averiguar, agora que a ZS é uma IPSS, por isso entende que deve pedir um parecer a um jurista de modo a confirmar se a situação dos serviços de contabilidade é incompatível ou se poderá permanecer na situação em vigor, independentemente de se ter consciência que o valor cobrado está muito abaixo dos valores do mercado. -----

----- Uma outra situação aqui também colocada pela Presidente da Direcção foi que o Concelho Fiscal terá no futuro de acompanhar com mais frequência as contas de modo a evitar surpresas ou constrangimentos. Para que esse acompanhamento seja feito informou que o seu Escritório de Contabilidade está sempre disponível. -----

----- Por último, a Presidente da Direcção informou a Assembleia da Legislação em vigor sobre o "Registo do Beneficiário Efectivo", legislação essa que informa que até ao final do mês de Abril de 2019 terão de se inscrever os

ATAS

responsáveis pelas Associações, condomínios ou empresas. A dúvida que a Presidente ainda vai esclarecer é se todos os órgãos da Direcção precisam de fazer esse registo ou apenas se recai sobre a Presidente da Direcção. -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi dada como encerrada a sessão, pelas vinte horas, da qual, para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu, Maria Berta Gonçalves, Primeira Secretária desta Mesa, subscrevo, bem como o Senhor José Correia, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o Segundo Secretário da Mesa, o Senhor Octávio Perluxo. -----

A PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA,



O PRESIDENTE DA MESA,



O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA,

